A POLÍTICA DE DEFESA COMO OBRA COLETIVA: GOVERNO, SOCIEDADE E ECONOMIA

AULA INAUGURAL PROFERIDA PELO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, CELSO AMORIM, NO CURSO SUPERIOR DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA

BRASÍLIA, 4 DE SETEMBRO DE 2012

(NOMINATA)

DOU AS BOAS VINDAS A TODOS OS REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS DE ESTADO, CUJA PARTICIPAÇÃO NESTE CURSO SUPERIOR DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MATERIALIZA O DIÁLOGO QUE O MINISTÉRIO DA DEFESA DESEJA ENTABULAR COM TODOS OS RAMOS DO GOVERNO FEDERAL E DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, ALÉM DO MEIO ACADÊMICO.

A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, RESPONSÁVEL POR ESTE CURSO, PARA BRASÍLIA, É UM PASSO IMPORTANTE RUMO À CONSOLIDAÇÃO DESSE DIÁLOGO.

O ESTÍMULO AO CONHECIMENTO MÚTUO E À REFLEXÃO CONJUNTA ENTRE ESTE MINISTÉRIO E SEUS INTERLOCUTORES NO ESTADO BRASILEIRO JUSTIFICA-SE

POR UMA VERDADE SINGELA: A POLÍTICA DE DEFESA É UMA OBRA COLETIVA.

SEM A PARTICIPAÇÃO DO RESTANTE DO GOVERNO, SEM O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE E SEM A MOBILIZAÇÃO DA ECONOMIA, ELA NÃO ALCANÇARÁ SEUS OBJETIVOS.

INVERSAMENTE, SEM UMA DEFESA SÓLIDA, NÃO É CONCEBÍVEL QUE O BRASIL REALIZE A CONTENTO OS PROPÓSITOS FUNDAMENTAIS DA LIBERDADE, DA JUSTIÇA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

*** *** ***

NOSSA POLÍTICA DE DEFESA É FORTALECIDA PELA AÇÃO COORDENADA COM O ESTADO, A SOCIEDADE E A ECONOMIA BRASILEIROS.

UMA DÚVIDA FREQUENTEMENTE LEVANTADA NESTA DISCUSSÃO REFERE-SE À UTILIDADE OU NECESSIDADE DA POLÍTICA DE DEFESA EM UM PAÍS PACÍFICO COMO O BRASIL.

SOBRE ISSO, VALE RECORDAR UMA ADVERTÊNCIA DO PENSADOR FLORENTINO NICOLAU MAQUIAVEL, EM SEU FAMOSO LIVRO *O PRÍNCIPE*: É ERRO COMUM “NÃO LEVAR EM CONTA A TEMPESTADE DURANTE A BONANÇA”.

PARA COMPREENDER COMO UMA TEMPESTADE PODE AFETAR ESSE CLIMA DE PAZ EM QUE VIVEMOS, É PRECISO CONSIDERAR A POSIÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL.

NA ÚLTIMA DÉCADA, O BRASIL REALIZOU AVANÇOS EXTRAORDINÁRIOS.

APROFUNDOU A DEMOCRACIA PELA MANUTENÇÃO DE UM AMBIENTE DE PLENAS LIBERDADES.

EMBORA AINDA SEJA UM PAÍS EXTREMAMENTE DESIGUAL, DEZENAS DE MILHÕES DE CIDADÃOS SAÍRAM DA POBREZA, TORNANDO A SOCIEDADE BRASILEIRA MENOS INJUSTA.

COM CRESCIMENTO E ESTABILIDADE MACROECONÔMICA, O PAÍS CHEGOU À CONDIÇÃO DE SEXTA ECONOMIA MUNDIAL E DE CREDOR DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL.

COM ATITUDE ATIVA E ALTIVA EM SUAS RELAÇÕES EXTERIORES, INFLUIU NA CONFIGURAÇÃO DE UM SISTEMA INTERNACIONAL MAIS MULTIPOLAR, CONTRIBUIU PARA A PAZ E DEU PESO À SUA VOZ NO MUNDO.

PELO PROGRESSO INTERNO E PELA PROJEÇÃO INTERNACIONAL, O BRASIL ASCENDEU UMA NOVA ESTATURA POLÍTICO-ESTRATÉGICA NO MUNDO.

MAS, COMO ALERTA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, DOCUMENTO QUE O GOVERNO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF ACABA DE APRESENTAR À APRECIAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL, "É IMPRUDENTE IMAGINAR QUE UM PAÍS COM O POTENCIAL DO BRASIL NÃO ENFRENTE ANTAGONISMOS AO PERSEGUIR SEUS LEGÍTIMOS INTERESSES".

NOSSO PATRIMÔNIO NACIONAL REQUER PROTEÇÃO.

MUITAS DAS INCERTEZAS DO TEMPO EM QUE VIVEMOS DIZEM RESPEITO À ESCASSEZ GLOBAL DE RECURSOS, JUSTAMENTE RECURSOS QUE SÃO ABUNDANTES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

A CRISE AMBIENTAL, A CRISE ALIMENTAR E A CRISE ENERGÉTICA PODEM EVOLUIR EM UMA DIREÇÃO QUE NOS AFETE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE FORMA ADVERSA.

EM SITUAÇÕES EXTREMAS, NOSSOS FORMIDÁVEIS ESTOQUES DE ÁGUA DOCE, BIODIVERSIDADE, TERRAS AGRICULTÁVEIS E ENERGIA PODEM SE TRANSFORMAR EM OBJETO DE DISPUTA.

COM O ACIRRAMENTO DA COMPETIÇÃO GLOBAL POR ESSES ATIVOS DE ELEVADO VALOR ESTRATÉGICO, NÃO É POSSÍVEL DESCARTAR A HIPÓTESE DE FALÊNCIA DOS MECANISMOS JURÍDICOS DE SOLUÇÃO PACÍFICA DAS CONTROVÉRSIAS.

A RESPONSABILIDADE PRIMÁRIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU PELA MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS NÃO TEM SIDO SEMPRE RESPEITADA, COMO ILUSTRAM CASOS RECENTES DE AÇÕES ARMADAS UNILATERAIS À MARGEM DO DIREITO INTERNACIONAL.

O BRASIL DEPLORA ESSE ESTADO DE COISAS E TRABALHA PERMANENTEMENTE PELO FORTALECIMENTO DO ARCABOUÇO NORMATIVO CENTRADO NAS NAÇÕES UNIDAS.

TRABALHA TAMBÉM COM SEUS HOMENS EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ – PARA CITAR DUAS DELAS, NO HAITI E NO LÍBANO.

NO ENTANTO, TEM IMPERIOSA NECESSIDADE DE DISPOR DE MEIOS ADEQUADOS PARA DEFENDER SEU PATRIMÔNIO NA CIRCUNSTÂNCIA DE VER-SE ENVOLVIDO – AINDA QUE À REVELIA DE SUA VONTADE – EM CONFLITO INTERNACIONAL.

COSTUMO DIZER QUE A DEFESA NÃO É DELEGÁVEL: NÃO PODE SER TRANSFERIDA A TERCEIROS, SOB PENA DE, JUNTO COM ELA, ABDICARMOS DE NOSSA INDEPENDÊNCIA.

POR ISSO, O BRASIL DEVE TER UMA POLÍTICA DE DEFESA QUE O HABILITE A PROTEGER SEUS INTERESSES.

O PODER MILITAR É A RESERVA INDISPENSÁVEL A UMA DIPLOMACIA ATUANTE.

NOSSA POLÍTICA DE DEFESA BUSCA GARANTIR A SOBERANIA, O PATRIMÔNIO NACIONAL E A INTEGRIDADE TERRITORIAL PELA CONJUGAÇÃO DE DUAS ESTRATÉGIAS: A DISSUASÃO E A COOPERAÇÃO.

A DISSUASÃO VISA EVITAR AÇÕES HOSTIS AO BRASIL PELA IMPOSIÇÃO DE CUSTOS ELEVADOS, OU MESMO PROIBITIVOS, A EVENTUAIS AGRESSORES.

UM COROLÁRIO DESSA ESTRATÉGIA É QUE O PERFIL PACÍFICO DO BRASIL DEPENDE DA POSSE DE MEIOS ADEQUADOS DE DEFESA.

A AUSÊNCIA DESSES MEIOS EXPORIA O PAÍS A AGRESSÕES DE TERCEIROS, OU ATÉ AS INCENTIVARIA, EM UM QUADRO DE CRISE.

A SEGUNDA ESTRATÉGIA É A COOPERAÇÃO.

SEU OBJETIVO É GERAR, PELA COLABORAÇÃO COM OUTROS PAÍSES, SOBRETUDO OS VIZINHOS, GANHOS PARA A DEFESA QUE NÃO PODERIAM SER OBTIDOS PELA AÇÃO INDIVIDUAL.

A COOPERAÇÃO EM DEFESA AMPLIA O PERFIL PACÍFICO DO BRASIL, POIS ASSENTA-SE NA CONSTRUÇÃO

DE CONFIANÇA, NO AUMENTO DA SEGURANÇA E NA EXPLORAÇÃO DE BENEFÍCIOS COMUNS.

O FOCO DA DISSUASÃO PODE SER DITO GLOBAL, OU SEJA, VOLTA-SE A QUALQUER POSSÍVEL FORÇA HOSTIL AOS INTERESSES BRASILEIROS.

A COOPERAÇÃO, POR SUA VEZ, ENFATIZA O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL, QUE ABRANGE A AMÉRICA DO SUL, O ATLÂNTICO SUL E A ORLA OCIDENTAL DA ÁFRICA.

INCLUI TAMBÉM PARCERIAS NOS MUNDOS DESENVOLVIDO E EM DESENVOLVIMENTO, ALÉM DE INICIATIVAS SOB A ÉGIDE DA ONU.

NESSE PONTO, A POLÍTICA DE DEFESA DEVE ESTAR ATENTA ÀS NOVAS POSSIBILIDADES ABERTAS PELAS MUDANÇAS DO QUADRO INTERNACIONAL.

SEM ABANDONAR A COOPERAÇÃO QUE TRADICIONALMENTE MANTEMOS COM PAÍSES DA AMÉRICA E DA EUROPA, DEVEMOS INTENSIFICAR NOSSO RELACIONAMENTO COM OS PAÍSES DO GRUPO BRICS, EM PARTICULAR AS DO FÓRUM IBAS (ÁFRICA DO SUL E ÍNDIA) E COM OUTROS PAÍSES DITOS EMERGENTES, COMO TURQUIA E INDONÉSIA.

NA REALIDADE, VÁRIOS DELES JÁ TÊM SE TORNADO IMPORTANTES MERCADOS PARA NOSSOS PRODUTOS DE DEFESA.

A ÊNFASE NO ENTORNO ESTRATÉGICO É EXPRESSA POR INICIATIVAS BILATERAIS OU PELA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM FOROS DE CONCERTAÇÃO COMO O CONSELHO DE DEFESA DA UNASUL, A ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (A CHAMADA ZOPACAS) E MECANISMOS COMO A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (A CPLP).

NA AMÉRICA DO SUL, DESEJAMOS FORTALECER O CINTURÃO DE PAZ E BOA VONTADE QUE CERCA NOSSO PAÍS, POR MEIO DE MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA E AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA.

NA AMÉRICA DO SUL, MAIS TALVEZ DO QUE EM QUALQUER OUTRA REGIÃO, A COOPERAÇÃO É A MELHOR DISSUASÃO.

NO ATLÂNTICO SUL, DESEJAMOS EXPLORAR INICIATIVAS PACÍFICAS NAS ÁREAS CIENTÍFICA, AMBIENTAL E ECONÔMICA E GARANTIR QUE O OCEANO SIGA LIVRE DE ARMAMENTOS NUCLEARES (O QUE, OBVIAMENTE, NÃO PODE SER CONFUNDIDO COM A PROPULSÃO NUCLEAR, QUE DESENVOLVEMOS PARA NOSSOS SUBMARINOS).

UM EXEMPLO RECENTE DA ATENÇÃO À ÁFRICA OCIDENTAL É DADO PELAS VISITAS QUE O RECÉM-ADQUIRIDO NAVIO DE PATRULHA OCEÂNICA *AMAZONAS* TEM REALIZADO A VÁRIOS PAÍSES.

HOJE MESMO CONVERSEI POR TELEFONE COM O MINISTRO DA DEFESA DE CABO VERDE, QUE ESTAVA MUITO CONTENTE COM ESSA VISITA, QUE POSSIBILITOU UM EXERCÍCIO NAVAL CONJUNTO.

DA MESMA FORMA, NOSSA FORÇA AÉREA DEVE ENVIAR UMA AERONAVE DE PATRULHA P-3 PARA OPERAÇÃO CONJUGADA.

NOSSA COOPERAÇÃO COM CABO VERDE TEM SE ESTENDIDO TAMBÉM AO NÍVEL DE FORÇAS TERRESTRES: UMA MISSÃO CABO VERDIANA VISITARÁ O CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EM CAMPINAS.

*** *** ***

A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA QUE FORTALEÇA, PELA DISSUASÃO E PELA COOPERAÇÃO, A ESTATURA INTERNACIONAL DO BRASIL, REQUER UM DUPLO MOVIMENTO ORGANIZACIONAL.

DE UM LADO, ELA EXIGE O APRIMORAMENTO CONTÍNUO DA INTEROPERABILIDADE ENTRE AS FORÇAS ARMADAS,

OBJETIVO A CARGO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, CUJO SEGUNDO ANIVERSÁRIO COMEMORAMOS NA SEMANA QUE PASSOU NESSA MESMA SALA.

DE OUTRO, ELA NÃO PODE OCORRER SEM A COORDENAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DE ESTADO, SEM O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE E SEM A MOBILIZAÇÃO DA ECONOMIA.

ESSA DUPLA NECESSIDADE É AMPLIADA QUANDO SE CONSIDERA QUE, ALÉM DA DEFESA DA PÁTRIA, AS FORÇAS ARMADAS TAMBÉM TÊM A DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DE GARANTIR OS PODERES CONSTITUCIONAIS E, QUANDO INSTADAS POR ELES, EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS E POR PERÍODO LIMITADO, A LEI E A ORDEM.

O MINISTÉRIO DA DEFESA MANTÉM PARCERIAS COM VÁRIOS OUTROS MINISTÉRIOS.

TEMOS GRANDE LIGAÇÃO COM O GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL, MUITO APROPRIADAMENTE CHEFIADO POR UM OFICIAL-GENERAL DE QUATRO ESTRELAS, O GENERAL ELITO, AQUI PRESENTE.

COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, IMPLEMENTAMOS O PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS POR MEIO DAS OPERAÇÕES ÁGATA E SENTINELA, QUE INTEGRAM FORÇAS ARMADAS, ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E RECEITA

FEDERAL NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE; A FISCALIZAÇÃO DE FRONTEIRAS TAMBÉM É OBJETO DE COOPERAÇÃO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, EXEMPLIFICADA NA OPERAÇÃO BOIADEIRO, PARA EVITAR O ALASTRAMENTO DA FEBRE AFTOSA EM DIREÇÃO AO TERRITÓRIO NACIONAL.

COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, ATUAMOS NA ÁREA DA DEFESA CIVIL PELA RESPOSTA A DESASTRES E PELO APOIO À RECONSTRUÇÃO; COLABORAMOS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE NO COMBATE À DENGUE; NO MATO GROSSO, REALIZAMOS COM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE A OPERAÇÃO ARCO VERDE, DE COMBATE AO DESMATAMENTO.

EM CONVÊNIO COM OS MINISTÉRIOS DO ESPORTE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONDUZIMOS O PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE.

COM O MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, IMPLEMENTAMOS O PROGRAMA NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS, COM VISTAS À INDEPENDÊNCIA NA ÁREA DE VEÍCULOS LANÇADORES DE SATÉLITES, ALÉM DA COOPERAÇÃO COM A FINEP, TÃO IMPORTANTE PARA NOSSOS PROJETOS; COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, LEVAMOS A EFEITO A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA BIOTECNOLOGIA; O MESMO PROPÓSITO DE ESTÍMULO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ANIMA NOSSO

CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO PRÓ-DEFESA.

SÃO ESTES ALGUNS EXEMPLOS DE AÇÕES QUE ENVOLVEM PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS, SEM FALAR, NATURALMENTE, NO PERMANENTE DIÁLOGO COM O ITAMARATY, A SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E, EVIDENTEMENTE, OS MINISTÉRIOS DA ÁREA ECONÔMICA.

O MINISTÉRIO DA DEFESA MANTÉM AINDA IMPORTANTE COLABORAÇÃO COM OUTROS PODERES DA REPÚBLICA.

NO JUDICIÁRIO, ALÉM DA JUSTIÇA MILITAR, TEMOS CONTRIBUÍDO COM A JUSTIÇA ELEITORAL NO APOIO AO PROCESSO ELEITORAL – TANTO NO APOIO LOGÍSTICO QUANTO NO REFORÇO DE SEGURANÇA.

COM O LEGISLATIVO, CUJAS COMPETÊNCIAS RELATIVAS À DEFESA NACIONAL SÃO ABSOLUTAMENTE FUNDAMENTAIS, POR EXEMPLO AO FIXAR OS EFETIVOS DAS FORÇAS ARMADAS E DISPOR SOBRE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, TEMOS UM CANAL DE INTERLOCUÇÃO PERMANENTE.

AS INICIATIVAS QUE MENCIONEI NÃO SÃO EXAUSTIVAS, MAS DÃO UMA IDÉIA DA IMPORTÂNCIA DE NOSSAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS.

*** *** ***

O MINISTÉRIO DA DEFESA TEM TOMADO INICIATIVAS QUE AMPLIARAM SIGNIFICATIVAMENTE A LATITUDE DE SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL.

DUAS DELAS, TOMADAS NESTE ANO DE 2012, MERECEM DESTAQUE.

COM AS MEDIDAS TOMADAS PARA ASSEGURAR, NO SEU ÂMBITO, O PLENO CUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, O MINISTÉRIO DA DEFESA ABRIU UM CANAL DE TRANSPARÊNCIA DIRETO COM O CIDADÃO.

DETERMINEI, A PROPÓSITO, QUE NENHUM DOCUMENTO DO MD TIVESSE RECLASSIFICAÇÃO SUPERIOR AO SEU PRAZO ORIGINAL, DE MODO A RESPEITAR NÃO SÓ A LETRA COMO O ESPÍRITO DA LEI DE ACESSO.

HOJE A TRANSPARÊNCIA CONSTITUI, EFETIVAMENTE, A REGRA NA DEFESA, E O SIGILO TORNOU-SE EXCEÇÃO.

FIQUEI CONTENTE AO LER O ARTIGO PUBLICADO ONTEM PELO MINISTRO JORGE HAGE, DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, QUE, AO COMENTAR A LEI DE ACESSO, CITA DUAS VEZES O MINISTÉRIO DA DEFESA DE FORMA POSITIVA.

A ESSE AUMENTO NA DISPONIBILIDADE DE MATERIAL PRIMÁRIO CORRESPONDE O PRIMEIRO ESFORÇO DE APRESENTAÇÃO SISTEMÁTICA DA AGENDA DE DEFESA BRASILEIRA, CONSUBSTANCIADO NO LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL.

ESTE LIVRO, PUBLICAÇÃO PIONEIRA NO BRASIL, FOI APRESENTADO PELO GOVERNO À APRECIAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL, CONJUNTAMENTE COM A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E COM A NOVA VERSÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.

TRATA-SE DE UMA DAS MAIS CONSISTENTES INICIATIVAS DE DIVULGAÇÃO E DE ESTÍMULO AO DEBATE DOS TEMAS DE DEFESA EM NOSSA HISTÓRIA RECENTE.

VEJO, ALIÁS, QUE ISSO JÁ VEM OCORRENDO NÃO SÓ NO MEIO ACADÊMICO COMO NA IMPRENSA.

COM A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E O LIVRO BRANCO, O GOVERNO CONVIDA A SOCIEDADE A ENGAJAR-SE, PELO CONHECIMENTO E PELA CRÍTICA, COM A DEFESA NACIONAL.

ESSE PROCESSO TEM SIDO APROFUNDADO PELA PROFÍCUA RELAÇÃO QUE TEMOS DESENVOLVIDO JUNTO À ACADEMIA.

PUDE VERIFICAR, EM RECENTE EVENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, A ABED, O ENORME INTERESSE DESPERTADO PELO TEMA NO CIRCUITO UNIVERSITÁRIO, E PARTICULARMENTE ENTRE OS JOVENS, QUE LOTAVAM A SESSÃO INAUGURAL NO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, EM SÃO PAULO.

EM BREVE, ALÉM DA ESG, TEREMOS O INSTITUTO PANDIÁ CALÓGERAS, ATUANDO COMO ÓRGÃO CIVIL DO MD JUNTO À COMUNIDADE ACADÊMICA.

ESSA INTELIGÊNCIA EM DEFESA, TANTO NO ESTADO QUANTO NA SOCIEDADE, SERÁ UM ATIVO PRECIOSO PARA O NOSSO PAÍS.

O INCREMENTO DO INTERESSE PELA DEFESA É MAIS QUE UM BOM AUGÚRIO: ELE DENOTA O APROFUNDAMENTO DA VIDA DEMOCRÁTICA.

SEM ACOMPANHAMENTO CRITERIOSO DA SOCIEDADE, NÃO HÁ POLÍTICA PÚBLICA SAUDÁVEL.

DEMOCRACIA E DEFESA FORMAM ASSIM UM CÍRCULO VIRTUOSO.

DE FATO, UMA DEMOCRACIA AMADURECIDA SABE DIFERENCIAR DEFESA DE MILITARISMO.

ESSA MATURIDADE É POSTA À PROVA QUANDO NOS DEPARAMOS COM A QUESTÃO DE COMO ALOCAR RECURSOS, POR DEFINIÇÃO ESCASSOS, ENTRE AS ÁREAS DO GOVERNO.

NATURALMENTE, OS GASTOS COM DEFESA – EM ESPECIAL COM AS FORÇAS ARMADAS - DE UM PAÍS QUE AINDA CONVIVE COM A REALIDADE DA MISÉRIA SERÃO OBJETO DE CONTROLE ATENTO PELA SOCIEDADE.

CONHECEMOS NOSSAS PRIORIDADES.

A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ FIXOU O COMPROMISSO PERMANENTE DA NOVA REPÚBLICA COM A CRIAÇÃO DE UMA SOCIEDADE LIVRE, JUSTA E SOLIDÁRIA.

É ESTE O SENTIDO DO FOCO DIRIGIDO PELA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA EM NOSSA TERRA, SOB O LEMA DE “BRASIL SEM MISÉRIA”.

A DISCUSSÃO SOBRE A DEFESA NÃO PRETENDE COMPETIR COM A URGÊNCIA DE UM FLAGELO SECULAR QUE, FELIZMENTE, VAI SENDO REVERTIDO.

EXATAMENTE PORQUE TEMOS A CERTEZA DO RUMO A SEGUIR, NÃO NOS PERDEMOS EM FALSOS DILEMAS.

É PRECISO TRATAR DA QUESTÃO DE RECURSOS PARA A DEFESA COM SENSO DE PROPORÇÃO – EM RELAÇÃO ÀS

PRIORIDADES SOCIAIS, MAS TAMBÉM EM RELAÇÃO AOS DESAFIOS DA INSERÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL NO MUNDO.

A POLÍTICA DE DEFESA LIDA COM AS INCERTEZAS DE LONGO PRAZO A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS ESTRATÉGICOS AOS QUAIS ME REFERI, DE MODO SUMÁRIO, NO INÍCIO DESSA PALESTRA.

A LONGO PRAZO, NOSSO COMPROMISSO COM UMA SOCIEDADE LIVRE, JUSTA E SOLIDÁRIA TAMBÉM SERÁ EXPRESSO PELO CUIDADO QUE TIVERMOS COM A DEFESA DE NOSSA SOBERANIA, DE NOSSO PATRIMÔNIO E DE NOSSA INTEGRIDADE TERRITORIAL.

*** *** ***

MENSURAÇÃO DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISAS DA PAZ DE ESTOCOLMO (O SIPRI) COLOCA O BRASIL NA DÉCIMA POSIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO MUNDIAL DOS GASTOS DE DEFESA EM 2011.

OBSERVE-SE QUE, DO ORÇAMENTO ALOCADO DE R$ 60,2 BILHÕES, PARA CITAR DADOS DAQUELE ANO, CERCA DE 75% FORAM DESTINADOS A PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.

O CUSTEIO REPRESENTOU 13,2%, E O INVESTIMENTO, 10,6%.

É PRECISO ESCLARECER, EM UM PARÊNTESES IMPORTANTE, QUE, EM UM PAÍS DE PROPORÇÕES CONTINENTAIS COMO O BRASIL, É NATURAL QUE O VOLUME DOS GASTOS EM PESSOAL SEJA CONSIDERÁVEL; NA VERDADE, QUANDO SE CONSIDERA (EM UMA COMPARAÇÃO DENTRE OUTRAS POSSÍVEIS) QUE O EFETIVO TOTAL DE NOSSAS TRÊS FORÇAS ARMADAS EQUIVALE APROXIMADAMENTE À METADE DO EFETIVO DE UMA ÚNICA FORÇA, O EXÉRCITO DA TURQUIA, PERCEBE-SE QUE ESSES NÚMEROS PODEM ATÉ MESMO SER MODESTOS.

A QUESTÃO, PORTANTO, ESTÁ MENOS NA DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS DO QUE NO NÍVEL DE RECURSOS DESTINADOS AO CUSTEIO E AO INVESTIMENTO NAS FORÇAS ARMADAS.

COMO SE SABE, ESTAS SÃO VARIÁVEIS-CHAVE EM UM AMBIENTE ESTRATÉGICO COMPOSTO POR EQUIPAMENTOS MILITARES SUJEITOS A DESGASTE E, ESPECIALMENTE, À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

EM 2012, O TOTAL DO ORÇAMENTO DO MD FOI DE R$ 63,7 BILHÕES.

PARA 2013, TRABALHAMOS COM O VALOR DE R$ 66,4 BILHÕES, NA EXPECTATIVA DE QUE NÃO HAJA CONTINGENCIAMENTO.

O VALOR TOTAL PARA O ANO QUE VEM AINDA SERÁ ACRESCIDO DE CERCA DE 3,8 BILHÕES, EM RAZÃO DO REAJUSTE SALARIAL DAS FORÇAS ARMADAS.

CONHECEMOS AS DIFICULDADES DO MOMENTO ECONÔMICO INTERNACIONAL E SEUS INEVITÁVEIS REFLEXOS NO BRASIL.

TAMPOUCO IGNORAMOS A INDISPENSÁVEL PRIORIDADE DA ÁREA SOCIAL.

MAS, PARA REFLETIRMOS SOBRE A ESCALA ADEQUADA DE PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS DE DEFESA EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO NACIONAL, CUMPRE COMPARAR O BRASIL AO QUE PODERÍAMOS CHAMAR – COM TODA A IMPRECISÃO E VARIAÇÃO DE CONDIÇÕES GEOESTRATÉGICAS – SEUS “SEMELHANTES” NO CENÁRIO INTERNACIONAL: OS PAÍSES MEMBROS DO AGRUPAMENTO BRICS.

A MÉDIA DE GASTOS DESSES PAÍSES É DE 2,4% DO PIB.

ESTA RAZÃO NO BRASIL FOI, EM 2011, UM POUCO MENOS DE 1,5%.

NO MOMENTO, ESTAMOS CONCLUINDO, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO, O PAED, PLANO DE ARTICULAÇÃO E EQUIPAMENTO DE DEFESA, BASICAMENTE VOLTADO AO

REFORÇO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS E, PORTANTO, TAMBÉM DA DISSUASÃO.

CUMPRE OBSERVAR QUE O PAED É UM PLANO INDICATIVO, QUE NÃO TEM A FORÇA DOS PLANOS PLURIANUAIS E, MUITO MENOS, DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL; MAS SERÁ REFERÊNCIA IMPORTANTE PARA AÇÕES DE PRAZO TÃO LONGO COMO ESSAS EMPREENDIDAS PARA A DEFESA.

TOMANDO-SE POR BASE OS INDICADORES ECONÔMICOS ATUAIS, ESTIMA-SE QUE O PLANO, CASO IMPLEMENTADO, ELEVARÁ A RAZÃO ENTRE GASTO DE DEFESA E PIB PARA 1,98%, OU SEJA, UM AUMENTO DE MEIO PONTO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO NÍVEL CORRENTE, AINDA BEM ABAIXO DA MÉDIA BRICS DE 2,4%.

*** *** ***

SEM A MOBILIZAÇÃO DA ECONOMIA, A POLÍTICA DE DEFESA NÃO PODERÁ ALCANÇAR SEUS OBJETIVOS.

NA EXPRESSÃO DO DOCUMENTO ENVIADO PELA PRESIDENTA AO CONGRESSO, "ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA É INSEPARÁVEL DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. ESTA MOTIVA AQUELA. AQUELA FORNECE ESCUDO PARA ESTA".

COERENTE COM ESSE PRINCÍPIO, UM DOS EIXOS DO DOCUMENTO É A REORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA, VOLTADA À CONQUISTA DA AUTONOMIA NAS TECNOLOGIAS INDISPENSÁVEIS À DEFESA.

A APROVAÇÃO DA LEI 12.598 EM MARÇO ÚLTIMO COMEÇOU A DAR CONCRETUDE A ESSE OBJETIVO.

SUA REGULAMENTAÇÃO SERÁ EDITADA NOS PRÓXIMOS DIAS.

UMA LACUNA EM SUA PARTE TRIBUTÁRIA DEVE SER PREENCHIDA POR MEIO DE NOVO DISPOSITIVO LEGAL.

COM A LEI 12.598, ESTADO E MERCADO GANHAM UM NOVO MARCO PARA ATIVIDADES NO CAMPO DA INDÚSTRIA DE DEFESA.

A LEI, DEVIDAMENTE REGULAMENTADA, ESTIMULARÁ AS COMPRAS GOVERNAMENTAIS DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS E CONCEDERÁ INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS PARA AS EMPRESAS NACIONAIS DO RAMO.

É DESNECESSÁRIO RESSALTAR A IMPORTÂNCIA DE QUE SE REVESTE A PREVISIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO ESTADO NESSE CAMPO.

EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA NACIONAIS DE DEFESA, O SENTIDO GERAL DA LEI 12.598 É PERMITIR MAIOR AUTONOMIA TECNOLÓGICA.

SÃO BEM CONHECIDAS, INCLUSIVE PELO EXEMPLO DE OUTROS PAÍSES, AS EXTERNALIDADES POSITIVAS DESSE TIPO DE INVESTIMENTO PARA O RESTANTE DA ECONOMIA.

QUANDO TRABALHEI NO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COSTUMAVA OUVIR A OBSERVAÇÃO DE QUE, NOS ESTADOS UNIDOS, A MAIOR PARTE DOS GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO ERA FEITA POR EMPRESAS PRIVADAS, DIFERENTEMENTE DO BRASIL, ONDE O SETOR PÚBLICO ERA O PRINCIPAL INVESTIDOR.

MAS ISSO ERA APENAS PARTE DA VERDADE, JÁ QUE METADE DESSES INVESTIMENTOS CORRESPONDIA A ENCOMENDAS DO PENTÁGONO.

EM NOSSO CASO, PODERIA CITAR OS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA PARA O SETOR DE ENERGIA E PARA A MEDICINA.

DA MESMA FORMA, INVESTIMENTOS NO SETOR AEROESPACIAL POSSIBILITARAM O DESENVOLVIMENTO DE UMA INDÚSTRIA DE AVIAÇÃO CIVIL, QUE ESTÁ ENTRE AS PRIMEIRAS DO MUNDO.

EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS SERÃO ÚTEIS PARA AS ATIVIDADES CIVIS, COM IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO.

O PROGRAMA DE DEFESA CIBERNÉTICA, CONDUZIDO PELO EXÉRCITO, JÁ TEM ESTIMULADO O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE SOFTWARE.

ADEMAIS, PELO AMPARO ESTATAL, A INDÚSTRIA DE DEFESA PODE TRABALHAR DE FORMA CONTRA-CÍCLICA, AJUDANDO A IMPULSIONAR O CRESCIMENTO EM PERÍODOS DE CONTRAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

ESSA PERCEPÇÃO EXISTE, HOJE, DE FORMA CLARA EM NOSSO GOVERNO, COMO FICOU DEMONSTRADO PELA INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO DE DEFESA, ALÉM DE PRODUTOS DE USO DUAL, EM RECENTE MEDIDA PROVISÓRIA RELATIVA AO CHAMADO "PAC EQUIPAMENTOS".

ALÉM DA PRODUÇÃO NACIONAL, CONCORREM PARA O REFORÇO DA CAPACIDADE DISSUASÓRIA BRASILEIRA AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS ENTRE NOSSA INDÚSTRIA E EMPRESAS.

SOBRE ESSE ASSUNTO, GOSTARIA DE FAZER UM ESCLARECIMENTO TERMINOLÓGICO, MAS TAMBÉM ALGO CONCEITUAL.

FALA-SE, EM GERAL, DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA, O QUE PODERIA INDICAR QUE ELA SE DÁ EM UM PROCESSO FLUIDO E SEM OBSTÁCULOS.

EM GERAL, NÃO É BEM ASSIM, COMO TODOS NÓS SABEMOS.

PARA GARANTIR QUE A TRANSFERÊNCIA DE FATO OCORRA SÃO NECESSÁRIAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS ADEQUADAS E UM CONSTANTE ESFORÇO DA PARTE RECEPTORA.

DAÍ A ÊNFASE QUE DEVEMOS DAR À ABSORÇÃO DE TECNOLOGIA.

DEVEMOS CRIAR CONDIÇÕES INTERNAS PARA A ABSORÇÃO TECNOLÓGICA, GERANDO CONHECIMENTO, CAPACIDADE AUTÔNOMA E EXTERNALIDADES PARA NOSSA PRÓPRIA INDÚSTRIA DE DEFESA.

A COORDENAÇÃO ENTRE GOVERNO, INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E EMPRESAS É IMPRESCINDÍVEL PARA QUE HAJA A ASSIMILAÇÃO TECNOLÓGICA.

MAIS UMA VEZ A COOPERAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES REVELA-SE FUNDAMENTAL.

*** *** ***

A GAMA AMPLA DE TEMAS QUE ABORDEI NESSA SUCINTA APRESENTAÇÃO É, EM SI MESMA, ILUSTRATIVA DE UM FATO CAPITAL.

A POLÍTICA DE DEFESA É OBRA COLETIVA, FRUTO DA COORDENAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE ESTADO, DO ENGAJAMENTO DA SOCIEDADE E DA MOBILIZAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL.

SÃO ESSES OS FATORES QUE, PARA VOLTAR A MAQUIAVEL, REFORÇARÃO NOSSA CAPACIDADE DE DESANUVIAR HORIZONTES QUE POSSAM TRAZER TEMPESTADES.

APENAS COM UMA POLÍTICA DE DEFESA ENTENDIDA DESSA FORMA AMPLA PODEREMOS EXPLORAR, SEGUROS, NOSSO IMENSO POTENCIAL HUMANO EM UM TEMPO DE PAZ, QUE DESEJAMOS DURADOURO E LIVRE DE AMEAÇAS.

MUITO OBRIGADO.